



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CONDE

Nº 976

Conde, 02 de abril de 2014.

CRIADO PELA LEI 156/95.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE CIVIL

PORTARIA N.º 089-E/2013

CONDE-PB, 03 DE SETEMBRO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Exonerar, EUMA DECIA LEONIDAS GOMES TAVARES DE SOUSA, do cargo de ASSESSORA TECNICA, com lotação fixada no GABINETE CIVIL, da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Conde – PB.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros a partir da data 30 de agosto de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Tatiana Lundgren Correa de Oliveira
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 150-E/2013

CONDE-PB, 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Exonerar, GILMAR NOBERTO DOS SANTOS JUNIOR, do cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação fixada na SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Conde – PB.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de junho de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Tatiana Lundgren Correa de Oliveira
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 151-E/2013

CONDE-PB, 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Exonerar, TIAGO HONORATO DO NASCIMENTO, do cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO, com lotação fixada na SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA, da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Conde – PB.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de setembro de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Tatiana Lundgren Correa de Oliveira
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 152-E/2013

CONDE-PB, 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Exonerar, LUCIANO URBANO CABRAL DE MELO, do cargo em comissão de DIRETOR DE DIVISÃO, com lotação fixada na SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Conde – PB.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 19 de agosto de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Tatiana Lundgren Correa de Oliveira
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 153-E/2013**CONDE-PB, 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Exonerar, **FABIANA FERREIRA GOMES**, do cargo em comissão de **SECRETÁRIA PARTICULAR**, com lotação fixada na **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Conde – PB.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de julho de 2013, revogando-se as disposições em contrário.


Tatiana Lundgren Correa de Oliveira
Prefeita Municipal**PORTARIA N.º 095/2014****CONDE-PB, 01 DE ABRIL DE 2014.**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR, **VANDREGIR ROCHA DOS SANTOS**, para exercer em comissão, o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo SE com lotação fixada na **SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA**, da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Conde – PB.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal**PORTARIA N.º 096/2014****CONDE-PB, 01 DE ABRIL DE 2014.**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR, **RODRIGO AUGUSTO DE OLIVEIRA**, para exercer em comissão, o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo SE com lotação fixada na **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Conde – PB.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal**PORTARIA N.º 097/2014****CONDE-PB, 01 DE ABRIL DE 2014.**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR, **MANLIO LEMOS COUTINHO NETO**, para exercer em comissão, o cargo de **ASSESSOR ESPECIAL**, símbolo SEJ com lotação fixada na **PROCURADORIA JURIDICA**, da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Conde – PB.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal**PORTARIA N.º 100/2014****CONDE-PB, 02 DE ABRIL DE 2014.**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Permanecer à Disposição da Câmara Municipal de João Pessoa/PB o Sr. **RINALDO PEREIRA DE ALMEIDA**, Matrícula nº 1609, ocupante do cargo de **PLANEJADOR EDUCACIONAL** com lotação fixada na **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, conforme Publicação da Portaria nº 320/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de janeiro de 2014.


TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 001/2014

Institui na rede Municipal de Ensino de Conde, o Ciclo de Alfabetização, constituído pelos três anos iniciais do Ensino Fundamental e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONDE, usando de suas atribuições, e tendo em vista a Lei nº 11.274/2006 que regulamenta o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e a Resolução CEB de nº 7, de dezembro de 2010 que fixa Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e considerando:

A necessidade de diagnósticos precisos e claros das dificuldades dos estudantes no processo de construção de conhecimentos;

O respeito à pluralidade dos ritmos e características dos estudantes no processo de aprendizagem;

A responsabilidade da escola em compartilhar o resultado da avaliação diagnóstica, atendendo a pluralidade de demandas e garantindo a oferta de diversas oportunidades de aprendizagem e, considerando ainda a importância do desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de direitos de aprendizagem, bem como a formação de valores e atitudes.

RESOLVE:

Art. 1º Assegurar aos estudantes dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, das unidades escolares municipais, um convívio pedagógico de maior duração, oportunizando uma aprendizagem significativa e de qualidade;

Art. 2º O Ciclo de Alfabetização terá duração de 03 (três) anos, ou seja, 600 dias letivos e compreenderá o período característico da infância 6 a 8 anos;

Art. 3º Os três anos iniciais passam a constituir períodos destinados à construção de conhecimentos que solidifiquem o processo de alfabetização e de letramento garantindo o pleno domínio do desenvolvimento da leitura, da escrita e do cálculo das diversas formas de expressão;

Art. 4º Na progressão das aprendizagens os objetivos devem ser definidos no início e no final de cada etapa do ano escolar;

Art. 5º Os conteúdos devem ser vistos de forma interdisciplinar e contextualizados;

Art. 6º A organização curricular no regime de Ciclo da Alfabetização tem por finalidade desenvolver o interesse pela aprendizagem e a formação comum, indispensável para o exercício da cidadania e convivência social, consolidados no Projeto Político Pedagógico;

Art. 7º A Proposta Pedagógica Curricular deve ser fundamentada numa relação dialógica com as diversidades socioculturais, étnicas, de gênero, raça e religiosidade;

Art. 8º A avaliação deverá ser de forma processual, participativa, cumulativa e diagnóstica, através de instrumentos de acompanhamento pedagógicos que valorizem o qualitativo sobre o quantitativo;

Art. 9º A progressão dos estudantes no Ciclo de Alfabetização far-se-á:

I – nos dois primeiros anos de forma processual, SEM RETENÇÃO, desde que mantenha a frequência mínima de 75%.

II – no final do terceiro ano, caso não tenha atingido os objetivos propostos, SERÃO RETIDOS;

Art. 10 O desempenho dos educandos deve ser realizado através de registros dos direitos de aprendizagem adquiridos no início do ano letivo e a cada bimestre, considerando o seu desempenho em cada área de conhecimento;

Art. 11 As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos por este Conselho Municipal de Educação;

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Sala de Reunião da SEMEC/Conde em 30 de novembro de 2013.

Ana Paloma Maia Costa do Nascimento

Ana Paloma Maia Costa do Nascimento

Presidente do Conselho Municipal de Educação de Conde/PB

"HOMOLOGO NA FORMA DA LEI".

Aline Lopes Ramalho Régis

Aline Lopes Ramalho Régis
Secretária de Educação e Cultura de Conde/PB

SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2014
- DE 28 DE MARÇO DE 2014 -**

PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE ORIENTADOR SOCIAL, FACILITADOR DE OFICINAS ESPECÍFICAS E DA FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA ATUAR NO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJovem, MODALIDADE PROJovem ADOLESCENTE, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, POR TEMPO DETERMINADO.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE-PB**, por intermédio da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social - SETRAS, atendendo ao que dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com as disposições da Lei federal nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e da Lei Municipal nº 233/2001 e suas posteriores alterações e ainda da Portaria nº 171, de 26 de maio de 2009 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, divulga e estabelece normas específicas para abertura de inscrições e a realização de processo seletivo simplificado destinado a contratar **ORIENTADOR SOCIAL, FACILITADOR DE OFICINAS ESPECÍFICAS E DA FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL**, para atender a execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, modalidade Projovem Adolescente, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, sob contrato por tempo determinado de excepcional interesse público.

1 - DA SELEÇÃO

1.1 - A seleção destina-se a contratação temporária dos profissionais acima identificados, objetivando a implementação do Programa Nacional de Jovens - Projovem, modalidade Projovem Adolescente, Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no Município de Conde.

2 - DO NÚMERO DE FUNÇÕES E DA CARGA HORÁRIA:

2.1 - A carga horária é de 40 (quarenta) horas semanais para as funções de **ORIENTADOR SOCIAL**, e 20 (vinte) horas semanais para as funções de **FACILITADOR DE OFICINAS ESPECÍFICAS E DA FORMAÇÃO DA TÉCNICA GERAL** - em número de 05 (Cinco) profissionais para **contratação imediata**: sendo 02(dois) orientadores sociais e 03 (três) facilitadores de oficinas específicas e da formação técnica geral; ficando o restante para a formação de cadastro de reserva, conforme tabela a seguir:

Cargo	Geral	Contratação Imediata	Cadastro de Reserva
Orientador Social	05	02	03
Facilitadores de oficinas de convívio por meio do esporte, lazer.	03	01	02
Facilitadores de oficinas de convívio por meio de arte e cultura.	03	01	02
Facilitador da Formação Técnica Geral- FTG.	03	01	02

3 - DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO:

3.1 - Os contratos de trabalho por prazo determinado serão de até **06 (Seis)** meses, correspondentes a um ciclo completo de atividades; na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 6.629, de 4 de novembro de 2008, alterado pelo Decreto Federal nº 7.649, de 21 de dezembro de 2011, prorrogáveis por igual ou menor período conforme conveniência do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Adolescente.

4 - DO HORÁRIO:

4.1 Os profissionais cumprirão uma jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias, iniciando suas atividades às 8:00 e encerrando às 17:00 horas, com intervalo de 3 (três) horas para almoço, que começará às 11:00 e encerrará às 14:00 horas.

5 - DA REMUNERAÇÃO MENSAL:

5.1 - A remuneração mensal será de R\$ 750,00 para Orientadores Sociais para cumprirem uma carga horária de 40 horas semanais e R\$ 600,00 para facilitadores para cumprirem a carga horária de 20 horas semanal.

5.2 - A remuneração mensal está sujeita aos descontos legais.

6 - DA LOTAÇÃO:

6.1 - Os profissionais contratados serão referenciados pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, sendo lotados nos equipamentos sociais, bem como na rede socioassistencial do Município, de acordo com a conveniência e oportunidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Adolescente.

7- DAS ATRIBUIÇÕES:

7.1 - As atribuições dos profissionais que atuarão no ProJovem Adolescente - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SFCV, são correlatas à área de atuação do Programa para as quais serão selecionados e contratados, estando assim definidas:

7.1.1 - ORIENTADOR SOCIAL:

- 7.1.1.2 - Mediação dos processos grupais de serviços socioeducativos, sob orientação do profissional de referência de nível superior do CRAS;
- 7.1.1.3 - Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do serviço socioeducativo, juntamente com a equipe de trabalho responsável pela execução do serviço socioeducativo;
- 7.1.1.4 - Alimentação de sistema de informação o SISJOVEM do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDSF, sempre que for designado;
- 7.1.1.5 - Atuação como referência para os jovens e para os demais profissionais que desenvolvem atividades com o coletivo de jovens sob sua responsabilidade;
- 7.1.1.6 - Registro da frequência dos jovens, registro das ações desenvolvidas e encaminhamento mensal das informações para o profissional de referência do CRAS;
- 7.1.1.7 - Organização e facilitação de situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas transversais e conteúdos programáticos do ProJovem Adolescente;
- 7.1.1.8 - Desenvolvimento de oficinas esportivas e de lazer;
- 7.1.1.9 - Desenvolvimento de oficinas de Artes e culturais;
- 7.1.1.10 - Acompanhamento de Projetos de Orientação Profissional de jovens;

- 7.1.1.11- Mediação dos processos coletivos de elaboração, execução e avaliação de Plano de Atuação Social e de Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social por jovens;
- 7.1.1.12 - Identificação e encaminhamento de famílias para o CRAS;
- 7.1.1.13 - Participação de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do serviço socioeducativo;

7.1.2 - FACILITADOR DE OFICINAS ESPECÍFICAS E DA FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL):

- 7.1.2.1 - Organização e coordenação de atividades sistemáticas esportivas e de lazer, abarcando manifestações corporais e outras dimensões da arte e cultura, objetivando promover e qualificar o convívio social entre os jovens e sua convivência comunitária;
- 7.1.2.2 - Organização e coordenação de eventos esportivos e de lazer, objetivando promover e qualificar o convívio social entre os jovens e sua convivência comunitária;
- 7.1.2.3 - Participação de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do serviço socioeducativo;
- 7.1.2.4 - Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do serviço socioeducativo, juntamente com a equipe de trabalho;
- 7.1.2.6 - Organização e coordenação de eventos artísticos e culturais, objetivando promover e qualificar o convívio social entre os jovens e sua convivência comunitária;
- 7.1.2.7 - Participação de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do serviço socioeducativo;
- 7.1.2.9 - Organização e facilitação de situações estruturadas de aprendizagem, explorando e desenvolvendo conteúdos programáticos da Introdução à Formação Técnica Geral (IFTG) para o mundo do trabalho;
- 7.1.2.10 - Organização e coordenação de atividades sistemáticas visando à inclusão digital;
- 7.1.2.11 - Acompanhamento de Projetos de Orientação Profissional de jovens;
- 7.1.2.12 - Participação de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do serviço socioeducativo;
- 7.1.2.13 - Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do serviço socioeducativo, juntamente com a equipe de trabalho;
- 7.1.3 - Quanto aos contratados segundo especificação do item 7.1.2 do presente Edital, as atribuições de Orientador Social, Facilitador da Formação Técnica Geral e Facilitador de Oficinas Específicas serão desenvolvidas no 1º e 2º semestre.

8 - DA HABILITAÇÃO:

- 8.1 - Para o atendimento das exigências do ProJovem Adolescente, os candidatos para as funções de Orientador Social e Facilitadores deverão atender aos seguintes requisitos:
- 8.1.1 - Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 8.1.2 - Possuir, no mínimo, ensino médio completo;
- 8.1.3 - Experiência de atuação em projetos sociais;
- 8.1.4 - Noções da Política Nacional de Assistência Social e da Política Nacional da Juventude;
- 8.1.5 - Noções sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- 8.1.6 - Noções fundamentais de Direitos Humanos;
- 8.1.7 - Sensibilidade para as questões sociais e da juventude;
- 8.1.8 - Conhecimento da realidade do território do Município de Conde;
- 8.1.9 - Estar em dia com as obrigações eleitorais e quites com o serviço militar, este quando do sexo masculino;
- 8.1.10 - Não registrar antecedentes criminais.
- 8.1.11 - Capacidade relacional e de comunicação com os jovens e público em geral;
- 8.1.12 - Noções de informática, Introdução a Internet, Windows, acesso às redes sociais.

9 - DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

- 9.1 - Será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) do número de vagas, para a contratação de candidatos com deficiência, desde que a deficiência seja compatível com o exercício das funções.
- 9.2 - Na aplicação deste percentual serão desconsideradas as partes decimais inferiores a 0.5 (cinco décimos) e arredondadas para mais aquelas iguais ou superiores a tal percentual.
- 9.3 - O candidato que desejar participar da seleção nas condições do item 9.1 deverá:
- 9.3.1 - No ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência e, posteriormente, caso convocado, deverá se submeter à perícia médica realizada por Junta Médica Oficial credenciada pelo Município, que verificará sua qualificação como pessoa com deficiência ou não, o grau de deficiência, e se ela permite o exercício da função para a qual se candidata;
- 9.3.2 - Comparecer à Junta Médica Oficial munido de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência;
- 9.3.3 - A inobservância ao que está disposto no item 9.3 e subitens 9.3.1 e 9.3.2 ou a reprovação na perícia médica acarretará a perda do direito de se submeter ao pleito concorrencial atinente às vagas reservadas aos candidatos em tais condições;
- 9.3.4. As pessoas com deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo e avaliação da seleção, aos locais, data e horário da seleção, e a nota mínima exigidos para aprovação;
- 9.3.5. O candidato que se declarar na ficha de inscrição ser pessoa com deficiência, se aprovado na seleção, figurará em duas listagens, contendo na primeira a classificação de todos os candidatos, inclusive as pessoas com deficiência e, na segunda, somente a classificação destes últimos;
- 9.3.6. A quantidade de funções reservadas às pessoas com deficiência que não forem preenchidas por falta de candidatos por reprovação na seleção ou na perícia médica serão ocupadas pelos demais selecionados, observada a ordem geral de classificação;
- 9.3.7. O candidato com deficiência poderá solicitar condições especiais para a realização da seleção, devendo solicitá-las, por escrito, no ato da inscrição. Se não o fizer, deverá realizar a seleção em condições normais, salvo motivo de força maior, devidamente aferível pela competente Comissão Examinadora.

10 - DAS INSCRIÇÕES:

- 10.1 - Será permitida a inscrição por procuração, mediante o respectivo instrumento de mandato com firma reconhecida, acompanhada da documentação do candidato e apresentação de documento de identificação do procurador.
- 10.2 - O candidato outorgante da procuração assumirá total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador na ficha de inscrição, arcando com as consequências advindas de eventuais erros, omissões e declarações inexatas ou inverídicas.
- 10.3 - A realização de inscrição, nos termos do subitem 10.1, implicará o conhecimento e a expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento ou inconformismo.
- 10.4 - As inscrições ficarão abertas nos dias 03 e 04 de Abril de 2014 e a documentação será recebida na Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social - SETRAS, situado na Rua Nossa Senhora da Conceição, 82, Centro, no período acima, no horário de 8:00 às 14:00 horas.
- 10.5 - No ato da inscrição o candidato ou o seu procurador legal, preencherá a ficha de inscrição e receberá o comprovante de inscrição, devidamente assinado pela pessoa responsável pelo recebimento e conferência da documentação.
- 10.6 - No comprovante de inscrição constarão o nome do candidato, o número de inscrição, o número do documento oficial de identidade, a função à qual concorre e o indicativo de deficiência, se for o caso.
- 10.7 - O documento oficial de identificação original anexado ao Comprovante de Inscrição permitirá o acesso do candidato às dependências do local de realização da entrevista.
- 10.8 - Será admitida apenas uma única inscrição por candidato.
- 10.9 - Não será aceita, em qualquer hipótese, inscrição condicional.

11 - DAS EXIGÊNCIAS NO ATO DA INSCRIÇÃO:

- 11.1 - No ato da inscrição o candidato, ou o seu procurador legal, deverá entregar:
 - a) a ficha de inscrição, devidamente preenchida e assinada pelo candidato ou pelo respectivo procurador, com todos os dados solicitados, sem emendas e/ou rasuras. As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, ficando a competente Comissão Examinadora no direito de excluí-lo da seleção, caso se comprove inverdade nos dados fornecidos na ficha de inscrição ou a omissão de informações nela constantes;
 - b) fotocópias nítidas do documento de identificação, frente e verso, e está na posse dos documentos originais, para a conferência por membro da Comissão Examinadora. Considera-se documento de identificação o Registro Geral, a Carteira Nacional de Habilitação com foto, ou outro documento de identificação legalmente reconhecido para esse fim (exceto Carteira de Estudante);
 - c) currículo padronizado para todos os candidatos, devidamente preenchido e assinado;

- d) fotocópia dos títulos e do(s) comprovante(s) de experiência(s) de trabalho, anexados ao currículo, e estar na posse dos documentos originais para a conferência por membro da Comissão;
- e) 01 (Uma) fotos 3x4, recentes e de frente;
- f) certidão de antecedentes criminais - www.tjpb.jus.br;
- g) Serão indeferidas as inscrições com grafia do nome do candidato ilegível ou abreviado;
- h) não serão aceitos documentos após o ato da inscrição;
- i) a Comissão Examinadora decidirá sobre o deferimento ou não das solicitações de inscrição;
- j) da decisão que indeferir o pedido de inscrição caberá recurso no prazo de 1 (um) dia útil após publicação do resultado no mural da Secretaria e no Diário Oficial do Município;
- k) será indeferida de plano a inscrição do candidato que não assinar pessoalmente, ou por procurador, a ficha de inscrição.

12.0 - DAS ETAPAS DA SELEÇÃO:

12.1 - A Seleção será simplificada, composta por duas etapas sendo:

I - **Primeira Etapa** - Análise de Currículo e Títulos - Anexos II e III

II - **Segunda Etapa** - Entrevista

12.2 - Concorrerão à entrevista somente os candidatos aprovados na primeira etapa.

12.3 - A entrevista será realizada pela Comissão Examinadora.

12.4 - De caráter eliminatório a entrevista valerá de 0 (zero) a 10 (dez) pontos cada e versará sobre assuntos inerentes às funções pretendidas.

12.5 - O programa de capacitação será realizado de forma a orientar e aferir a aptidão dos candidatos às questões práticas do ProJovem. Caso o candidato não demonstre os conhecimentos indispensáveis para o exercício da função para a qual concorre será excluído do certame.

13 - DA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA:

13.1 - É vedado ao candidato submeter-se à entrevista em local e/ou horário diferente daquele designado pela Comissão Examinadora, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da entrevista e do respectivo comparecimento no horário determinado, bem como arcar com as despesas decorrentes de seu deslocamento.

13.2 - Os candidatos devem comparecer ao local de realização da entrevista com antecedência mínima de 1 (uma) hora, portando documento de identificação com foto e o comprovante de inscrição correlato.

13.3 - Não haverá segunda chamada para a realização da entrevista. O não comparecimento do candidato implicará a sua eliminação automática do processo seletivo.

13.4 - A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização da entrevista poderá levar um acompanhante, que será responsável pela guarda da criança.

14 - DA CLASSIFICAÇÃO E DO RESULTADO FINAL DA SELEÇÃO:

14.1 - A classificação dos candidatos será feita por função e na ordem decrescente da nota final.

14.2 - A classificação final contemplará todos os candidatos aprovados, inclusive os deficientes.

14.3 - Os deficientes aprovados terão ainda uma lista específica de classificação.

14.4 - Em caso de empate na nota final, terá preferência, sucessivamente o candidato:

1. Com maior número de pontos na entrevista;
2. O candidato com mais idade.

14.5 - O resultado final do Processo Seletivo será divulgado na Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social situada na Rua: Nossa Senhora da Conceição n° 82 - Centro, em data informada neste edital.

15 - DA EXCLUSÃO DO CANDIDATO:

15.1 - Será excluído da Seleção o candidato que:

- I - Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- II - Desrespeitar membros da Comissão Executiva da Inscrição, da Comissão Examinadora do Processo Seletivo e/ou outros candidatos;
- III - Recusar-se a prestar qualquer prova, ou se retirar do recinto da Entrevista durante sua realização, antes de sua última e sem a devida autorização;
- IV - Descumprir quaisquer das instruções;
- V - Faltar ou chegar atrasado para a entrevista;
- VI - For considerado não aprovado em qualquer das provas;
- VII - Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

16 - DO RECURSO DO PROCESSO SELETIVO:

16.1 - Os recursos deverão ser entregues na Coordenação do ProJovem Adolescente situado na Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, localizado na Rua Nossa Senhora da Conceição, n° 82 - Centro, sempre no prazo de 1 (um) dia útil após a publicação do resultado respectivo, na Secretaria e no Diário Oficial do Município.

16.2 - Todo recurso deverá ser obrigatoriamente assinado pelo candidato, ou por seu representante legal, expressando as razões do seu descontentamento e o correlato fundamento, sob pena de indeferimento de plano. Os recursos que apenas se limitarem a expressar discordância com o resultado, sem a indicação de seu fundamento, serão indeferidos preliminarmente.

16.3 - Admitir-se-á um único recurso para cada candidato, por evento, sendo as respectivas decisões individualizadas, salvo na hipótese de recursos com o mesmo ou semelhante fundamento.

16.4 - Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo correlato, por escrito, com indicação do nome do candidato, número de sua inscrição e endereço para correspondência, inclusive com o Código de Endereçamento Postal - CEP, e desde que sejam confeccionados com letra legível, preferencialmente de forma.

16.5 - Não serão aceitos os recursos interpostos por fac-símile (fax), telegrama, internet, ou outro meio que não seja especificado neste Edital.

16.6 - O recurso interposto sem o fornecimento de quaisquer dos dados ou fora do respectivo prazo e local, não será conhecido.

16.7 - A Comissão Examinadora do Processo Seletivo é soberana e suas decisões constituem-se última instância para recurso em nível administrativo.

17 - DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO:

17.1 - A convocação dos candidatos aprovados para efetivação da contratação, será afixada no Mural da Secretaria Municipal do Trabalho e da Ação Social, e posteriormente no Diário Oficial do Município, em data determinada neste Edital, na qual constará a data e o local da apresentação e a relação da documentação complementar exigida.

17.2 - O candidato convocado para a contratação que não comparecer no prazo determinado será considerado desistente, sendo automaticamente excluído do processo, convocando-se o candidato subsequente da relação de candidatos aprovados.

18 - DA CONTRATAÇÃO:

18.1 - A contratação dar-se-á nos termos da Lei municipal n° 233/2001, e suas posteriores alterações, mediante termo de Contrato Administrativo por Tempo Determinado, assinado entre as partes a critério da Administração Pública e obedecerá à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

18.2 - A forma de contratação definida no item anterior está disposta, conforme o art. 37, IX da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com a Lei Municipal n° 233/2001, e suas posteriores alterações, e ainda na Portaria n° 171, de 26 de maio de 2009 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

18.3 - No ato da contratação o candidato deverá apresentar a documentação solicitada quando da convocação conforme dispõem o item 17.1 e atender os requisitos previstos no item 18.4.

18.4 - Para ser contratado o candidato deverá satisfazer, cumulativamente, os seguintes requisitos:

1. Ter sido aprovado em todas as etapas da seleção;
2. Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão português a quem foi conferido igualdade, nas condições previstas no art. 12, II, § 1° da Constituição da República Federativa do Brasil;
3. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, no ato da contratação;
4. Estar em dia com as obrigações eleitorais e quite com o serviço militar, este quando do sexo masculino;
5. Não registrar antecedentes criminais. A certidão poderá ser retirada do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba - www.tjpb.jus.br.
6. Firmar declaração (próprio punho) de não estar cumprindo sanção por idoneidade, aplicada por qualquer órgão público da esfera federal, estadual ou municipal.
7. Certidões Negativas: Receita Federal; Trabalhista; Prefeitura Municipal; Estado.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1 - A aprovação e a classificação final no Processo Seletivo objeto deste Edital não assegura aos candidatos a contratação, mas tão somente a expectativa de ser contratado obedecendo-se a rigorosa ordem de classificação, a existência da necessidade temporária, o interesse e a conveniência administrativa.

19.2 - O candidato selecionado será convocado para assinar o contrato temporário de acordo com as necessidades da Secretaria do Trabalho e Ação Social;

19.3 - A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato, anulando todos os atos decorrentes da inscrição;

19.4 - A inscrição implicará no conhecimento dos termos deste Edital e no conhecimento tácito por parte do candidato em aceitar todas as condições nele estabelecidas para a presente seleção.

19.5 - Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no processo de seleção, valendo para esse fim as listagens divulgadas.

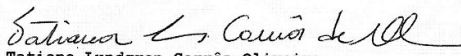
19.6 - O prazo de validade da seleção é de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com a conveniência e necessidade do Programa, a contar da data da publicação do Edital, e nos limites da legislação aplicável à matéria.

19.7 - É obrigatório ao candidato manter atualizado seu endereço junto à Comissão Examinadora do Processo Seletivo enquanto estiver participando da seleção e durante todo o processo de validade da mesma. Se aprovado, deverá manter os dados atualizados junto à Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social do Município de Conde e os pedidos de alteração deverão ser solicitados através de requerimento.

19.8 - As entrevistas ocorrerão em horários determinados pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo.

19.9 - Os casos omissos no que concernem à inscrição, análise de currículo, aplicação da entrevista e julgamento dos recursos, serão resolvidos pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo.


Conde-PB, 28 de Março de 2014.


Tatiana Lundgren Corrêa Oliveira
Prefeitura Constitucional

- Anexo I: Modelo da Ficha de Inscrição
Anexo II: Modelo de currículo Padronizado
Anexo III: Quadro de pontuação
Anexo IV: Cronograma

ANEXO I AO EDITAL N°. 01/2014.

Ficha de Inscrição N°


 Prefeitura Municipal de Conde Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV Programa Nac. de Inclusão de Jovens - ProJovem Adolescente		FICHA DE INSCRIÇÃO FACILITADOR FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL - FTG
NOME DO CANDIDATO(A): _____ ENDEREÇO COMPLETO: _____ BAIRRO: _____ CIDADE: _____ CÓDIGO DE ENDEREÇAMENTO POSTAL - CEP: _____ TELEFONE(S): _____ E-MAIL: _____ Identidade (RG) N°: _____ CPF N°: _____ TÍTULO DE ELEITOR N°: _____ SEÇÃO: _____ ZONA: _____ FILIAÇÃO: Pai: _____ Mãe: _____ DATA DE NASCIMENTO: _____ NATURALIDADE: _____ NACIONALIDADE: _____ SEXO: _____ () SIM () NÃO TIPO DE DEFICIÊNCIA: _____ () MASCULINO () FEMININO GRAU DE INSTRUÇÃO: () Ensino Médio Completo () Ensino Médio Completo (Técnico) Específico: _____ () Ensino Médio Completo (Pedagógico) _____ () Graduação em Curso Superior. Especifique: _____ () Pós-graduação () Sim () Não. Em caso afirmativo especifique: _____ () Outros: _____		
DECLARAÇÃO Declaro, para os devidos fins de direito e sob pena da Lei, estar ciente e aceitar as normas e condições estabelecidas no Edital de Seleção n°. 01/2014 de 28 de Fevereiro de 2014. Conde-PB, ____ / ____ / 2014. _____ Assinatura do Candidato(a)/Procurador		

Para Uso Exclusivo da Comissão	
HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO: () Sim () Não	
MOTIVO: _____ _____ _____	

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO FACILITADOR FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL - FTG	
NOME DO CANDIDATO(A): _____ FICHA DE INSCRIÇÃO N°.: _____ FUNÇÃO: FACILITADOR FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL - FTG ASSINATURA PELO RECEBIMENTO DA INSCRIÇÃO: _____ CONDE-PARAIBA: ____ / ____ / 2014.	

ANEXO I AO EDITAL N°. 01/2014.

Ficha de Inscrição N°


 Prefeitura Municipal de Conde Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV Programa Nac. de Inclusão de Jovens - ProJovem Adolescente		FICHA DE INSCRIÇÃO ORIENTADOR SOCIAL
NOME DO CANDIDATO(A): _____ ENDEREÇO COMPLETO: _____ BAIRRO: _____ CIDADE: _____ CÓDIGO DE ENDEREÇAMENTO POSTAL - CEP: _____ TELEFONE(S): _____ E-MAIL: _____ Identidade (RG) N°: _____ CPF N°: _____ TÍTULO DE ELEITOR N°: _____ SEÇÃO: _____ ZONA: _____ FILIAÇÃO: Pai: _____ Mãe: _____ DATA DE NASCIMENTO: _____ NATURALIDADE: _____ NACIONALIDADE: _____ SEXO: _____ () SIM () NÃO TIPO DE DEFICIÊNCIA: _____ () MASCULINO () FEMININO GRAU DE INSTRUÇÃO: () Ensino Médio Completo () Ensino Médio Completo (Técnico) Específico: _____ () Ensino Médio Completo (Pedagógico) _____ () Graduação em Curso Superior. Especifique: _____ () Pós-graduação () Sim () Não. Em caso afirmativo especifique: _____ () Outros: _____		
DECLARAÇÃO Declaro, para os devidos fins de direito e sob pena da Lei, estar ciente e aceitar as normas e condições estabelecidas no Edital de Seleção n°. 01/2014 de 28 de Fevereiro de 2014. Conde-PB, ____ / ____ / 2014. _____ Assinatura do Candidato(a)/Procurador		

Para Uso Exclusivo da Comissão	
HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO: () Sim () Não	
MOTIVO: _____ _____ _____	

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ORIENTADOR SOCIAL	
NOME DO CANDIDATO(A): _____ FICHA DE INSCRIÇÃO N°.: _____ FUNÇÃO: ORIENTADOR SOCIAL ASSINATURA PELO RECEBIMENTO DA INSCRIÇÃO: _____ CONDE-PARAIBA: ____ / ____ / 2014.	

ANEXO I AO EDITAL N°. 01/2014.

Ficha de Inscrição N°


 Prefeitura Municipal de Conde Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV Programa Nac. de Inclusão de Jovens - ProJovem Adolescente		FICHA DE INSCRIÇÃO FACILITADOR DE OFICINA DE CONVÍVIO POR MEIO DO ESPORTE E LAZER:
NOME DO CANDIDATO(A): _____ ENDEREÇO COMPLETO: _____ BAIRRO: _____ CIDADE: _____ CÓDIGO DE ENDEREÇAMENTO POSTAL - CEP: _____ TELEFONE(S): _____ E-MAIL: _____ Identidade (RG) N°: _____ CPF N°: _____ TÍTULO DE ELEITOR N°: _____ SEÇÃO: _____ ZONA: _____ FILIAÇÃO: Pai: _____ Mãe: _____ DATA DE NASCIMENTO: _____ NATURALIDADE: _____ NACIONALIDADE: _____ SEXO: _____ () SIM () NÃO TIPO DE DEFICIÊNCIA: _____ () MASCULINO () FEMININO GRAU DE INSTRUÇÃO: () Ensino Médio Completo () Ensino Médio Completo (Técnico) Específico: _____ () Ensino Médio Completo (Pedagógico) _____ () Graduação em Curso Superior. Especifique: _____ () Pós-graduação () Sim () Não. Em caso afirmativo especifique: _____ () Outros: _____		
DECLARAÇÃO Declaro, para os devidos fins de direito e sob pena da Lei, estar ciente e aceitar as normas e condições estabelecidas no Edital de Seleção n°. 01/2014 de 28 de Fevereiro de 2014. Conde-PB, ____ / ____ / 2014. _____ Assinatura do Candidato(a)/Procurador		

Para Uso Exclusivo da Comissão	
HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO: () Sim () Não	
MOTIVO: _____ _____ _____	

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO FACILITADOR DE OFICINA DE CONVÍVIO POR MEIO DO ESPORTE E LAZER	
NOME DO CANDIDATO(A): _____ FICHA DE INSCRIÇÃO N°.: _____ FUNÇÃO: FACILITADOR DE OFICINA DE CONVÍVIO POR MEIO DO ESPORTE E LAZER ASSINATURA PELO RECEBIMENTO DA INSCRIÇÃO: _____ CONDE-PARAIBA: ____ / ____ / 2014.	

ANEXO I AO EDITAL N°. 01/2014.

Ficha de Inscrição N°

 Prefeitura Municipal de Conde Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV Programa Nac. de Inclusão de Jovens - ProJovem Adolescente		FICHA DE INSCRIÇÃO FACILITADOR DE OFICINA DE CONVÍVIO POR MEIO DE ARTE E CULTURA
NOME DO CANDIDATO(A): _____ ENDEREÇO COMPLETO: _____ BAIRRO: _____ CIDADE: _____ CÓDIGO DE ENDEREÇAMENTO POSTAL - CEP: _____ TELEFONE(S): _____ E-MAIL: _____ Identidade (RG) N°: _____ CPF N°: _____ TÍTULO DE ELEITOR N°: _____ SEÇÃO: _____ ZONA: _____ FILIAÇÃO: Pai: _____ Mãe: _____ DATA DE NASCIMENTO: _____ NATURALIDADE: _____ NACIONALIDADE: _____ SEXO: _____ () SIM () NÃO TIPO DE DEFICIÊNCIA: _____ () MASCULINO () FEMININO GRAU DE INSTRUÇÃO: () Ensino Médio Completo () Ensino Médio Completo (Técnico) Específico: _____ () Ensino Médio Completo (Pedagógico) _____ () Graduação em Curso Superior. Especifique: _____ () Pós-graduação () Sim () Não. Em caso afirmativo especifique: _____ () Outros: _____		
DECLARAÇÃO Declaro, para os devidos fins de direito e sob pena da Lei, estar ciente e aceitar as normas e condições estabelecidas no Edital de Seleção n°. 01/2014 de 28 de Fevereiro de 2014. Conde-PB, ____ / ____ / 2014. _____ Assinatura do Candidato(a)/Procurador		

Para Uso Exclusivo da Comissão	
HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO: () Sim () Não	
MOTIVO: _____ _____ _____	

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO FACILITADOR DE OFICINA DE CONVÍVIO POR MEIO DE ARTE E CULTURA	
NOME DO CANDIDATO(A): _____ FICHA DE INSCRIÇÃO N°.: _____ FUNÇÃO: FACILITADOR DE OFICINA DE CONVÍVIO POR MEIO DE ARTE E CULTURA ASSINATURA PELO RECEBIMENTO DA INSCRIÇÃO: _____ CONDE-PARAIBA: ____ / ____ / 2014.	

ANEXO II - MODELO CURRÍCULO PADRONIZADO

CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS

Nome Completo

Endereço, Cidade, UF, (apresentar comprovante de residência)

Telefone fixo e celular, e-mail:

2. Formação Profissional (Demonstração de formação compatível com os requisitos da função para qual se candidatar)

Titulação

Na descrição especificar (nesta ordem) curso, área, instituição, cidade, UF, e data de conclusão.

3. Experiência profissional (Demonstração de experiência para respectiva função)

Na descrição especificar (nesta ordem) mês e ano de início, mês e ano de término, função, atividade, instituição, cidade, UF.

Observações

É indispensável anexar todos os documentos comprobatórios, em fotocópias inclusive CPF, RG e Título de Eleitor.

Declaro sob as penas da lei que as informações são verdadeiras

Local:

Data:

Assinatura:

ANEXO III

QUADRO DE PONTUAÇÃO

TITULAÇÃO

COMPONENTES	PONTOS POR COMPONENTES	LIMITE MÁXIMO DE PONTOS
1 - FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL		
1.1 - Graduação em Curso Superior	15	15
1.2 - Ensino Médio Completo Pedagógico	10	10
1.3 - Ensino Médio (técnico/Científico)	05	05
1.4 - Curso na área de assistência social	02	10
TOTAL		40
2 - EXPERIÊNCIA E ATIVIDADES SOCIAIS DESENVOLVIDAS		
2.1 - Experiências em trabalhos comunitários sociais	04	20
2.2 - Experiências com trabalhos com adolescentes	04	20
2.3 - Experiência com o projeto Projovem Adolescente	04	20
TOTAL		60

ANEXO IV
CRONOGRAMA

ETAPAS DA SELEÇÃO:

1 - Inscrição e entrega de currículos: 03 e 04 de Abril de 2014.

1.1 - Local de Inscrição: Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social – SETRAS

1.2 - Divulgação dos Classificados da análise curricular: 07 de Abril de 2014.

1.3 - Prazo para recurso da primeira etapa: 08 de Abril de 2014.

1.4 - Divulgação dos classificados após recurso: 09 de Abril de 2014

1.5 - Entrevista com os candidatos: 10 de Abril de 2014.

1.6 - Divulgação do resultado da entrevista: 11 de Abril de 2014

2 - Convocação para o início das atividades: 14 de Abril de 2014.

IPM

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00228/2014)

DEVEDOR		CNPJ:	08.916.645/0001-80
Ente Federativo/UF:	Conde/PB		
Endereço:	ROD PB 018 - KS 3,5 - SN	CEP:	58322-000
Bairro:	CENTRO	Fax:	
Telefone:	(083) 3298-1040		
E-mail:	secad.conde@hotmail.com		
Representante legal:	TATIANA LUNGRED CORREA DE OLIVEIRA	Complemento:	
CPF:	263.346.744-04	Data início da gestão:	01/01/2013
Cargo:	Prefeito		
E-mail:	secad.conde@hotmail.com		
CREDOR		CNPJ:	41.217.035/0001-64
Unidade Gestora:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO		
Endereço:	RUA OVIDIO ALVES, 277	CEP:	58322-000
Bairro:	CENTRO	Fax:	
Telefone:	(083) 3298-2128		
E-mail:	daniilo.oliveira@initus.com.br	Complemento:	
Representante legal:	JOSENILDO SANTIAGO	Data início da gestão:	01/01/2013
CPF:	436.830.534-53		
Cargo:	Presidente		
E-mail:	daniilo.oliveira@initus.com.br		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 756/2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Conde da quantia de R\$ 1.080.618,18 (um milhão e oitenta mil e seiscentos e dezoito reais e dezoito centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 09/2013 a 02/2014, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o Município de Conde confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida. O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 1.080.618,18 (um milhão e oitenta mil e seiscentos e dezoito reais e dezoito centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.010,30 (dezoito mil e dez reais e trinta centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 18.010,30 (dezoito mil e dez reais e trinta centavos), vencerá em 30/04/2014 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo primeiro - As parcelas vencidas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

CONFERE COM ORIGINAL

Pretetura Municipal de Conde - PB
Sérvio Gonçalves Chaves Neto
Secretário Municipal de Administração

Página 1

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00226/2014)

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de qualquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).

Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;

b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Conde - PB / 14/03/2014

Prefeitura Mun. de Conde
Tatiana Lungred Correa de Oliveira
Prefeitura Municipal de Conde
TATIANA LUNGRED CORREA DE OLIVEIRA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CONDE
JOSE NILDO SANTIAGO
Presidente
IPM Conde/PB

Testemunhas:
Michelly Mendonça Monteiro
DIRETORA FINANCEIRA
CPF: 057.502.144-60
RG: 00000000

JOSE CARLOS SANTOS DA SILVA
AUXILIAR ADMINISTRATIVO
CPF: 659.682.044-00
RG: 00000000

Prefeitura Municipal de Conde-PB
Siverino Gonçalves Chaves Neto
Suplente Administrativo - Sai. 1825

CONFERE COM ORIGINAL

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00226/2014)

DECLARAÇÃO

TATIANA LUNGRED CORREA DE OLIVEIRA, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00226/2014, firmado entre o(a) Conde e o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO em 14/03/2014, foi publicado em ____/____/____ no

- () mural
() jornal
() Diário Oficial do ____ Edição nº ____ de ____/____/____


Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Conde, ____/____/____

Prefeitura Mun. de Conde
Tatiana Lungred Correa de Oliveira
Prefeitura Municipal de Conde
TATIANA LUNGRED CORREA DE OLIVEIRA
Prefeito

Prefeitura Municipal de Conde-PB
Siverino Gonçalves Chaves Neto
Suplente Administrativo - Sai. 1825

CONFERE COM ORIGINAL

 PREVIDÊNCIA SOCIAL Autarquia Federal do Ministério do Trabalho e Emprego				DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP	
1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO				Data de consolidação do Termo: 14/03/2014	
CHUP: 08.916.6450001-60		Número do acordo: 00226/2014		Data da assinatura do Termo: 14/03/2014	
Ente: Prefeitura Municipal de Conde / PB		Data de vencimento do 1º: 30/04/2014			
Título: TERMO DE PARCELAMENTO PARTE PATRONAL - SETEMBRO/2013 a FEVEREIRO/2014					
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Nº 756/2013					
2. RESULTADO DA RUBRICA					
Rubrica: Contribuição Patronal		Competência: Inicial: 09/2013 Final: 02/2014		Quantidade de Parcelas: 60	
Diferença apurada: 1.041.753,32		Diferença apurada atualizada: 1.000.616,18			
Valor da parcela na data de consolidação: 16.010,30					
-Critérios de atualização para consolidação de débitos:					
Índice: INPC		Taxa de juros: 0,50 an	Tipo de juros: Simples	Multa: 1,00 %	
-Critérios de atualização das parcelas vincuadas:					
Índice: INPC		Taxa de juros: 0,50 an	Tipo de juros: Simples	Multa: 1,00 %	
-Critérios de atualização das parcelas vencidas:					
Índice: INPC		Taxa de juros: 0,50 an	Tipo de juros: Simples	Multa: 1,00 %	

CONFERE COM ORIGINAL

Prefeitura Municipal de Conde-PB
Siverino Gonçalves Chaves Neto
Suplente Administrativo - Sai. 1825

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP						
3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA						
COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE/VARIACÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
09/2013	142.403,30	0,27	3,18	4.623,82	2,50	3.750,68
10/2013	145.627,37	0,61	2,55	3.713,50	2,00	2.966,82
11/2013	146.968,08	0,54	2,00	2.939,06	1,50	2.249,07
12/2013	142.450,78	0,72	1,27	1.809,12	1,00	1.442,60
01/2014	136.614,31	0,72	1,27	1.735,00	1,00	1.383,43
02/2014	156.613,62	0,63	0,64	1.015,13	0,50	798,14
03/2014	166.945,85	0,64	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	1.041.753,32		15.896,53	12.610,80	10.417,53	1.000.616,18

CONFERE COM ORIGINAL

Prefeitura Municipal de Conde-PB
Siverino Gonçalves Chaves Neto
Suplente Administrativo - Sai. 1825

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Conde / PB - 08.916.6450001-60
Representante Legal: 253.346.744-04 - TATIANA LUNGRED CORREA DE OLIVEIRA
Data: 13/03/2014
Assinatura: Tatiana Lungred Correa de Oliveira

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO - 41.217.0200001-64
Representante Legal: 426.830.534-03 - JOSE NILDO SANTIAGO
Data: 13/03/2014
Assinatura: Jose Nildo Santiago

TESTEMUNHAS:

Michelly Mendonça Monteiro
Nome: MICHELLY MENDONÇA MONTEIRO
Cargo: DIRETORA FINANCEIRA
CPF: 057.502.144-60

JOSE CARLOS SANTOS DA SILVA
Nome: JOSE CARLOS SANTOS DA SILVA
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
CPF: 659.682.044-00

CONFERE COM ORIGINAL

Prefeitura Municipal de Conde-PB
Siverino Gonçalves Chaves Neto
Suplente Administrativo - Sai. 1825

PORTARIA n.º 07/2014

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CONDE - IPM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 332/2004.

RESOLVE:

Retificar a portaria n.º 017/2012, publicada no diário oficial n.º 859, de 03 de julho de 2012, que passa a ter a seguinte redação:

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA a MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA PEREIRA, pelo falecimento do servidor aposentado RIJOSO PEREIRA, matrícula 168, Médico, no valor percentual de 50% (cinquenta por cento) dos seus proventos, com fundamento no art. 40, § 7.º, inciso I e § 8.º da CF, com redação dada pela EC n.º 41/03.

Conde - PB., em 26 de março de 2014.

JOSE NILDO SANTIAGO
PRESIDENTE DO IPM

PORTARIA n.º 08/2014

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CONDE - IPM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 332/2004.

RESOLVE:

Retificar a portaria n.º 016/2012, publicada no diário oficial n.º 859, de 03 de julho de 2012, que passa a ter a seguinte redação:

CONCEDER PENSÃO TEMPORÁRIA a LAURA MARIA DA SILVA PEREIRA, pelo falecimento do servidor aposentado RIJOSO PEREIRA, matrícula 168, Médico, no valor percentual de 50% (cinquenta por cento) dos seus proventos, com fundamento no art. 40, § 7.º, inciso I e § 8.º da CF, com redação dada pela EC n.º 41/03.

Conde - PB., em 26 de março de 2014.

JOSE NILDO SANTIAGO
PRESIDENTE DO IPM

PORTARIA n.º 09/2014

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CONDE – IPM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 332/2004.

RESOLVE:

Retificar a portaria n.º 019/2013, publicada no diário oficial n.º 910, de 17 de maio de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

CONCEDER APOSENTADORIA a Servidora **MARIA DE FÁTIMA BEIJAMIN DA SILVA**, professora, matrícula 41, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com fundamento no art. 6.º, I, II, III e IV da EC 41/2003, c/c art. 40, § 5.º, da CF/1988.

Conde – PB., em 26 de março de 2014.



JOSENILDO SANTIAGO
PRESIDENTE DO IPM